

DOUTRINA

"Caracterização da Teoria Geral do Estado"

(Excertos de uma arguição em concurso)

LUÍS ANTÔNIO DA COSTA CARVALHO
Catedrático da Faculdade Nacional de Direito

Antes de manifestar as minhas objeções a algumas passagens da dissertação sobre a "Caracterização da Teoria Geral do Estado" — tema, realmente, interessante e pouco explorado relativamente pelos escritores e estudiosos da disciplina — devo dizer das qualidades do seu trabalho, o qual impressiona favoravelmente ao leitor atento e minucioso.

Nessa centena de páginas lançadas em bom estilo e ótima linguagem, clara e escorreita, o Autor desenvolveu, com segurança e método, o tema escolhido versando-o com apóio aos subsídios de uma boa bibliografia, muito embora, sob certos aspectos e em múltiplas passagens se tenha socorrido, particular e especialmente, de autores alemães.

As minhas objeções a algumas passagens da tese, mostrando os pontos e aspectos da minha divergência, visam, principalmente, proporcionar ao Candidato o ensêjo de um pronunciamento doutrinário decisivo e convincente, uma demonstração a mais, satisfatória e concludente, da sua cultura especializada e das suas aptidões já consagradas pelo prolongado exercício interino da Cátedra.

A circunstância de louvar, como faço, de modo geral, o trabalho submetido a exame, não me impede de discordar, como discordo, de certos dos seus aspectos e de dizer que, lamentavelmente, encontrei alguns pontos fracos e falhos que estão a exigir o esclarecimento que o Candidato, necessariamente, dará quando tiver de defender-se.

A seguir, as minhas observações:

— A —

A minha primeira observação está em que, apesar de haver estabelecido algumas premissas, não chegou o candidato a uma conclusão positiva, categórica, afirmativa, quanto à "Caracterização da Teoria Geral do Estado", ou seja à

“fixação do seu objeto”, como era de desejar e necessário que fizesse porque a tanto se comprometeu.

A leitura do Capítulo XI, sob a rubrica — “Conclusão” — um tanto confuso e incerto, deixa a impressão de que falta alguma coisa que o Candidato quis dizer mas não disse; falta precisamente a “conclusão”, isto é, a sua opinião sobre o “que” da “caracterização”. (pág. 126).

Diz o Candidato mesmo que “fixou um momento cultural e situou minuciosamente as principais correntes que procuram definir e fixar a ciência do Estado”, mas não concluiu, com precisão e clareza, porque não se fica sabendo como caracteriza a sua disciplina nem à qual das correntes se filia, isto é, não fixa positivamente o seu conteúdo.

Não basta, segundo entendo, para o fim colimado, dizer que “mais importa à Ciência do Estado o seu próprio objeto e, além dele e através dele, o homem, meta final de toda investigação social”.

— B —

A pág. 31 o ilustre Candidato escreveu o seguinte trecho: “Segundo JELLINECK, a ciência do Estado se divide em ciência teórica do Estado ou teoria do Estado e ciência do Estado prática ou aplicada. A STAATSLEHERE, (teoria do Estado) por sua vez, se divide em *allgemeine Staatslehere* (teoria geral do Estado) que estuda os princípios fundamentais do Estado, no conjunto das formas histórico-sociais em que se apresenta; e *Besondere Staatslehere*, que estuda os princípios fundamentais de um grupo de Estados da mesma categoria, ou compara as instituições dos Estados em geral”.

Parece-me, isso lendo, que o Candidato deveria expor melhor o seu pensamento, isto é, bem esclarecê-lo, uma vez que, segundo o próprio JELLINECK, que cita, a “*Besondere Staatslehere* (teoria especial do Estado) é que estuda os diferentes tipos de Estado, em grupo ou comparativamente, e não a “*allgemeine staatslehere*” (teoria geral do Estado) como sustenta, segundo se depreende dos textos que escrevem a pág. 41, *in-fine* e 60 alto: “A teoria geral do Estado tem por objeto a determinação de um certo número de tipos e de suas relações”; e “Este estudo dos Estados nos seus elementos e manifestações típicas é o objeto da teoria geral do Estado”.

Realmente o Candidato fala “em certo número de tipos” e em “manifestações típicas” como sendo tais o objeto da teoria geral do Estado.

— C —

Depois de escrever que “foram os filósofos e os políticos que, nas Ilhas Britânicas, aprofundaram a ciência política...” acrescenta que “no continente europeu, tal fato não se verificou...” (pág. 45).

Ora, não é exato que assim tenha sido, isto é, que “no continente europeu” não tenham os filósofos e políticos aprofundado o estudo da ciência política.

Temos, por exemplo, para objetar a afirmação, a França e a Itália. Naquele país, as obras de MONTESQUIEU, ROUSSEAU, BENJAMIM CONSTANT, GUIZOT, além de outros, e, neste, os de ROSSI, MAZZINI, e outros precedidos por MACHIAVELLI, estão aí vivas e evidentes para contrariar a afirmação defeituosa e omissiva do Candidato. E' bom ainda lembrar que os primeiros cultores do Direito Público, em quase toda a parte, foram os filósofos e os políticos e isso em razão das relações íntimas entre a Filosofia, a Política e esse ramo de Direito, Teoria do Estado.

— D —

Está dito a pág. 62: ... “é necessário levar em consideração a natureza dinâmica das instituições humanas, que se modificam, se transformam e se desenvolvem”.

Em vez de “natureza dinâmica das instituições humanas”, seria preferível empregar “natureza orgânica”, que traduziria melhor o seu pensamento e estaria mais de acordo com a realidade científica. Mas... o Candidato dará as suas razões.

— E —

Tratando da *identidade* entre o Estado e o Direito, segundo a síntese da LAUTERPACHT, deixou o Candidato cair, no final da pág. 77, esta afirmação, que não aceito, aliás, que repilo, “o mesmo se dá na teoria de DEUS...”, etc.

DEUS, permitido me seja dizer em alta voz, não uma teoria, não resulta de nenhuma teoria, a nenhuma se adapta ou subordina, como não pode ser comparado a qualquer teoria ou servir de bitola para comparações. DEUS é uma realidade metafísica que escapa à compreensão da razão, por transcendê-la. DEUS é o absoluto, o Infinito, o Eterno; a Verdade suprema e, por isso, só a Fé, que é uma *super-razão*, ou a razão iluminada pela graça, conduz à sua total com-

preensão. Nós, homens, pouco ou nada compreendemos e alcançamos do sobrenatural, porque só compreendemos pela razão. Se quisermos ir além da materialidade das coisas e dos fenômenos para conhecer ou compreender o seu motivo de ser, temos de amparar-nos na Fé e dela nos socorrer. E a compreensão de DEUS é o primeiro e o maior dever dos homens.

— F —

“Assim como o *Direito é a vontade do Estado...*”, foi o que o ilustre Candidato admitiu, transcrevendo a pág. 78 o conceito de LAUTERPACHT.

Ora, o *direito* não é isso, não pode ser isso, porque a sua existência é anterior à existência do Estado, que é precedido por ele. “O *Estado*, disse alguém, *não tem direito contra o Direito*, sendo apenas, dêste um mero instrumento de coordenação”. E mesmo se remontarmos a uma época mais distante iremos encontrar, através a afirmação de ARISTÓTELES, inalterada no seu fundamento e evidente pela verdade pétrea do seu conteúdo, um conceito rigorosamente exato: “O *Estado não é princípio, nem fim, mas apenas, meio*”. E, por isso mesmo, “*não é fonte*, como, por sua vez, afirmou SANTO TOMAZ, *de que decorrem os direitos dos grupos e dos seres, nem tão pouco finalidade dêles*, visto que sua função primordial é garantir a cada homem, como ser animal, substancial, racional, a realização da sua natureza humana”.

— G —

Ainda nessa mesma pág. 78 encontro um outro conceito, êsse do ilustre Candidato, posposto, como complemento ao conceito de LAUTERPACHT, segundo o qual “a *analogia é estendida ao problema da auto limitação do Estado*, equiparado ao dogma da *Encarnação do Verbo Divino*, como formas de conciliação...”.

Repugna a afirmação e é preciso convir em que não há nenhuma analogia, nem pode haver, nem mesmo imaginária, entre o fenômeno jurídico da “auto limitação do Estado” e o dogma católico da “Encarnação do Verbo Divino” do mesmo modo que não existe entre o *Direito* e a *Religião*. Aquêla é ciência e arte da ordenação da convivência humana e esta é a integração do homem em Deus.

A “auto limitação” é decorrência natural do fato de ser

o *Estado criação do Direito*, ao passo que a “Encarnação” não só é dogma de fé e verdade metafísica, que só a fé alcança, mas é também mistério profundo, dos mais profundos mesmo, que o entendimento humano não alcança e não explica porque só a Sabedoria infinita de DEUS poderia concebê-lo e a Sua Vontade absoluta, soberana e sem limites realizar.

Não é possível, como penso e a mim me parece, buscar analogia entre o absoluto, que é DEUS, nos seus mistérios, e a *relatividade* das doutrinas científicas, por mais bem urdidas, das construções humanas, das coisas precárias dêste mundo.

— H —

Na pág. 13, está uma afirmação que não pode ser aceita sem restrições, porque não é exato que só os socialistas ou marxistas reconheçam no Estado uma “essência sociológica”, como sustentam KERN e LENZ. E’ que HAURIOU, BONNARD, MORIN, GURVICH e outros, que não eram socialistas, nem comunistas, reconheceram, entretanto, conteúdo sociológico no Estado, junto com o conteúdo econômico, político e moral.

— I —

O Estado, ao contrário do que expôs o Candidato, (pág. 100) não é “setor da atividade humana”, porque é, isso sim, uma “instituição jurídica”, quicá, a mais complexa e que se destina a realizar o direito. Aliás, em outras passagens da tese, é isso reconhecido.

— J —

O Estado, “como realidade social, sem ordem jurídica” — como parece que o Candidato admite, acorda com NAWIASKY, segundo se depreende do que escreveu a pág. 115 — só pode ser compreendido como Estado de fato e nunca como Estado de direito. E’ bom, portanto, que seja esclarecido êsse ponto e que o Candidato manifeste, com clareza, seu pensamento sobre o assunto.

— K —

Quando o Candidato enaltece a colaboração da obra de ORLANDO e SANTI ROMANO, há pouco falecido, é preciso lembrar a contribuição valiosa de RANELLETTI, tam-

bém falecido, não há muito, com as suas famosas "*Istituzioni di Diritto Publico*", e, mais recentemente, de DI RUFFIA com o seu "Lo Stato democratico moderno" — pág. 119.

Finalmente: (págs. 121 e 124)

A doutrina de THOMA, referida pelo douto Candidato, segundo a qual "a teoria geral do Estado só poderia repousar sobre a construção geral e formal do conceito jurídico do Estado, para ser verdadeiramente ciência", poderá levar à "Teoria do Direito Puro", de Kelsen, e suas consequências.

O conhecimento jurídico é um só todo e suas partes se acham estreitamente ligadas e correlacionadas. Pretender isolá-los por completo, impedindo que se influenciem mutuamente, que se completem, que se integrem, não é fazer obra de verdadeira ciência, porque se esta impõe uma análise inicial, não dispensa uma síntese final.

Assim, a plena autonomia da Teoria Geral do Estado não exclui a benéfica influência que sobre ela poderão exercer o Direito Público em geral, e, mesmo, a Política, a Economia, a Sociologia e a Moral, para que essa disciplina não perca o contacto com a realidade social e não venha a transformar-se numa metafísica jurídica.

Aliás, como é reconhecido pelo Autor (pág. 124), é esse método seguido, em parte, por POSADA e também por MAX Weber, STAMLER e GUSVITCH.

Aí está algo para provocar a reacção do illustre arguido e as suas explicações, as quais, certo, satisfarão a minha curiosidade e esclarecerão as minhas dúvidas, possibilitando-lhe mais uma demonstração de inteligência e de cultura.